

Costa Rego e o Curso Pioneiro de Jornalismo da Universidade do Distrito Federal¹

Lidiane DINIZ²

Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP

RESUMO

A história da Universidade do Distrito Federal — UDF perpassa por sua experiência singular na institucionalização do ensino superior no Brasil. Fruto de um movimento educacional liberal pelo saber desinteressado e comprometido com a verdade, a universidade carrega a honra de ter instituído o primeiro curso de Jornalismo no país. Sistematizado pelo jornalista Pedro da Costa Rego, editor chefe do Correio da Manhã, o curso de Jornalismo foi relegado ao esquecimento, após o fechamento da instituição em razão do Golpe de Getúlio Vargas. Este artigo visa resgatar a importância desse ensaio inédito do Jornalismo na universidade, desvendando as bases teóricas que forneceram subsídios a Costa Rego para sistematizar o curso e como sua trajetória profissional o credenciou para ser o Primeiro Catedrático em Jornalismo do Brasil. Estudo histórico, que se utiliza da pesquisa documental e bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; universidade; Costa Rego; Correio da Manhã; Universidade do Distrito Federal.

Introdução

O jornalismo brasileiro completa 200 anos de história com uma fisionomia característica de nossa realidade nacional. São dois séculos de um percurso marcado pela postura de pensadores emblemáticos, que ajudaram a definir a identidade nacional, valorizando e reforçando o modo brasileiro de fazer jornalismo, que se vai constituindo após a emancipação política iniciada em 1822 e completada efetivamente durante a Regência (1831-1840), quando se garante a unidade territorial ameaçada pelas revoltas regionais.

Caracterizado pela sintonia crítica com relação aos modelos hegemônicos, ao mesmo tempo em que a manutenção do diálogo com as sociedades forâneas é priorizado, o pensamento jornalístico brasileiro tem sido construído com base em

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo do X Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, UMESP, sob orientação do prof. Dr. José Marques de Melo, e-mail: lidianediniz@hotmail.com.

modelos referentes paradigmáticos, sem adesão total a eles, podendo incorporar suas análises críticas ou manter o distanciamento necessário, sem perdê-las de vista.

Para sistematizar a evolução desse pensamento, Marques de Melo³ adota o critério cronológico agrupando pensadores emblemáticos em grupos de três períodos distintos: (a) Emancipação, século XIX; (b) Identificação, século XX; (c) Autonomização, século XXI.

Enquanto o período da Emancipação é caracterizado pelo distanciamento gradual entre as matrizes portuguesas, remanescentes da colonização, proporcionando o aparecimento de padrões brasileiros, ainda durante o Primeiro Reinado, o período de Identificação tem como marca o desenvolvimento do regime republicano, fazendo com que o nosso jornalismo assumira o seu “abrasileiramento”, na forma e no conteúdo, em sintonia com o movimento verde-amarelo desencadeado pelos intelectuais modernistas. Marques de Melo subdivide esse período em quatro: (1) Pensamento fundador, (2) Pensamento sistematizador, (3) Pensamento polemizador, e (4) Pensamento consolidador. Por fim, o período de Autonomização, que revela as tendências emergentes, marcadas pela crise de identidade vivenciada pela profissão, que impulsionaram a vanguarda da nova geração de *scholars* do Jornalismo a reagir contra o marasmo e o pessimismo da comunidade acadêmica da área.

Da política alagoana ao jornalismo carioca

Pedro Costa Rego nasceu em Pilar, Alagoas, em 1889. Órfão de pai e mãe, mudou-se para o Rio de Janeiro, ficando aos cuidados de seu tio, o jornalista Antônio José Oliveira e Silva. Em 1906 ingressou no Correio da Manhã, onde fez carreira e foi reconhecido como um dos maiores jornalistas de seu tempo.

Sua trajetória, no entanto, não ficou restrita aos jornais. Ocupou posições de destaque na política alagoana como secretário de Estado (1912), deputado federal (1915-1917, 1918-1920, 1921-1923) e governador (1924-1928). A revolução de 1930 interrompeu a sua carreira política no senado (1929-1930). Estava na Europa presidindo a delegação brasileira na Conferência de Bruxelas, quando foi surpreendido pela revolução. Exilou-se em Cherburgo, na França, juntamente com João Mangabeira.

³ Fundador do Departamento de Jornalismo da Universidade de São Paulo (1967) e co-fundador do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas (1994). Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Comunicação Multimídia, onde dirige a Cátedra UNESCO/Metodista de Comunicação.

Retornou ao Brasil no início de 1931. Elegeu-se senador, também por Alagoas, em 1935. Em 1937, com a decretação do Estado Novo, perdeu o mandato.

É fácil perceber então que na trajetória pública de Costa Rego destacam-se duas facetas: a de jornalista e a de político.

O Jornalismo parece ter servido de escada para a sua ascensão na política, prática comum entre os profissionais que atuavam na área naquele período. Ambas as atividades estimularam Costa Rego a desenvolver uma terceira vertente, a de escritor, certamente motivado pelo convívio com os literatos que circulavam pelo cenário do Correio da Manhã, o que incentivou Costa Rego a publicar três livros — Na Terra Natal (1924-1928); Como foi que persegui a imprensa; Águas Passadas.

Conjuntura: o Brasil no início do século XX

É na passagem do século XIX para o século que a profissão de jornalista começa a adquirir identidade social no Brasil. Esse é o período em que as organizações que editam jornais e revistas se convertem em empresas comerciais, financiadas pela publicidade e que necessitando de agentes produtivos que optam pela atividade noticiosa como fonte de realização intelectual e de subsistência econômica.

O exercício do jornalismo em nosso país foi feito, durante todo o século XIX, como fonte de ascensão social por intelectuais que o utilizavam como trampolim para fazer carreira política ou para influir no cenário nacional. De acordo com Marques de Melo, o paradigma dessa simbiose entre jornalismo, política e literatura pode ser buscado em Rui Barbosa, personagem que atuou como jornalista no início de sua vida pública.

A precoce industrialização da nossa imprensa, que ocorre nas últimas décadas daquele século, acelera a “profissionalização” do jornalismo. O jornal se divide, se setoriza, quer ser paladino das queixas populares, e tal mudança ocorre na transição política entre o governo imperial e o regime republicano. O jornalista Juarez Bahia (1990) descreve esse processo com muita clareza.

A profissionalização aparece não só como um fenômeno da transição econômica do país. Na imprensa, ela é uma consequência natural das novas funções do jornal, da tipografia, do livro. [...]. O jornal se divide, se setoriza, quer ser paladino das queixas populares. (p. 109)

Tal mudança ocorre na transição política entre o governo imperial e o regime republicano. “O jornal e a tipografia como indústrias, cada qual com seu mercado,

precedem a República, mas é a partir da nova ordem institucional que se afirmam, se consolidam”. (BAHIA, 1990, p. 109)

Mas, onde se formam aqueles que atuam no exercício de um jornalismo que se profissionaliza a passos largos? Essa função é preenchida inicialmente pelas Faculdades de Direito, onde se diplomavam os aspirantes às posições de liderança na sociedade brasileira.

Contudo, a polivalência das academias jurídicas verificou-se insatisfatória para atender às necessidades das empresas jornalísticas.

A reação não poderia ser outra. Quando foi fundada, em 1908, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) assume a tese da identidade profissional do jornalismo, reivindicando sua formação específica. Na plataforma da nova entidade, tal como esboçada por Gustavo de Lacerda, está explícito o compromisso de habilitar, por meio de título de capacidade intelectual e moral, o pretendente a colocação no jornalismo.

Essa meta tomou corpo em 1918, quando o então presidente da ABI, João Guedes de Mello propõe ao Primeiro Congresso Brasileiro de Jornalistas a criação de uma Escola de Jornalismo, cujo projeto surge com as idéias colhidas nas organizações norte-americanas. É uma proposta arrojada para a época e, por isso mesmo, permaneceu inalcançada até o final da primeira metade do século XX.

Contudo, a Escola de Jornalismo, que não queria ser oficial, não faria doutores nem bacharéis, mas que se propunha unicamente a dotar seus alunos o ensino das matérias julgadas essenciais à prática da profissão cuidando da cabeça e das mãos dos estudantes, com a teoria da ciência necessária e prática das artes de gravar. Ao lado do programa das aulas do curso teórico propriamente dito, a Escola ministraria o ensino prático. Seria então, fundado o jornal para os alunos.

A idéia da Escola de Jornalismo foi aprovada no âmbito do Congresso, mas tal projeto acabou sendo engavetado pelas autoridades da época. Não havia abertura para a concretização de iniciativas fora da rede estatal de ensino superior e discrepantes do modelo hegemônico, destinado a “formar os intelectuais orgânicos da classe dominante. A correlação das forças sociais não favorecia as camadas ascendentes da classe média. As comportas somente começam a ser abertas pelos militares, a partir de 1922, com a rebelião dos Tenentes, que desembocaria na Revolução de 1930, propiciando uma política educativa de natureza liberal.

A UDF e o curso pioneiro de jornalismo

Ao longo da década de 20, houve grande movimentação por parte dos intelectuais da educação no Brasil para a implantação de uma universidade que atendesse as demandas liberais. Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Francisco Campos e Gustavo Capanema foram os mais destacados neste aspecto, cada um a seu modo e perspectivas.

Em 1929, a queda da bolsa de Nova Iorque causou efeitos catastróficos na economia mundial. No Brasil, houve uma queda brutal no preço do café. Os cafeicultores procuraram uma salvação junto ao governo federal, porém, sem sucesso. A quebra da política do café-com-leite pela indicação de Júlio Prestes, a formação da Aliança Liberal e o assassinato de João Pessoa, geraram insatisfações. O descontentamento das classes culminaram com Revolução de 1930, à frente da qual estavam as classes rurais dominantes de Minas Gerais, as do Rio Grande do Sul e Paraíba, além de uma parcela do aparelho militar. Sua base de apoio foi representada por todas as forças sociais das regiões em dissidência e pelas classes médias dos grandes centros urbanos. Getúlio Vargas⁴, à frente desta massa, assumiu o governo provisório⁵.

No campo educacional, o governo provisório tomou logo providências para criar o Ministério da Educação e Saúde. Francisco Campos, renomado educador de Minas Gerais, foi convidado para geri-lo. As reformas promovidas no Ministério refletiram as tentativas de conciliação dos novos anseios sociais com os velhos privilégios, assim como o caráter autoritário e centralizador do novo regime.

Em 11 de abril de 1931, o governo provisório de Vargas, por meio do decreto nº 19.851, criou o Estatuto das Universidades Brasileiras, que ditava entre diversos aspectos, os fins do ensino universitário. Segundo o artigo 1º, descrito por Fávero (2000), a finalidade do ensino universitário seria

elevar o nível da cultura geral; estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico

⁴ Getúlio Dornelles Vargas, nascido em 19 de abril de 1882, foi o presidente que governou o Brasil por mais tempo, durante dois mandatos. De origem gaúcha, nascido na cidade de São Borja, Vargas esteve no comando do país entre os anos de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. Entre 1937 e 1945 instalou a fase de ditadura, o chamado Estado Novo

⁵ O governo provisório foi o período em que Vargas assumiu a Presidência da República pós comandar a Revolução de 1930, que derrubou o governo de Washington Luís. A coalizão que levou Vargas ao poder, contudo, era precária e composta de camadas sociais com interesses distintos. No início, não havia um programa político, econômico ou cultural definido.

superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade. (p. 159)

As idéias de elevação da cultura, de investigação científica e de educação coletiva refletiam os anseios dos educadores liberais. Em histórico Congresso da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1932, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho e mais 23 intelectuais expõem através do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova todos os anseios e expectativas por uma educação diferenciada, pública, obrigatória, gratuita e laica, bem como sobre a importância de um plano de reconstrução educacional. Muitas dessas reivindicações foram introduzidas na Constituição de 1934, nos artigos 148 a 158. (POLETTI, 1987)

Pedro Ernesto do Rego Batista⁶ havia sido indicado como interventor no Distrito Federal em 1931. Defensor da melhoria dos serviços públicos de saúde e educação, vislumbrou o Rio de Janeiro como um possível pólo de cultura que seria responsável pela transferência da cultura para outros Estados.

O educador Anísio Teixeira⁷ foi convidado por Pedro Ernesto para assumir a Direção do Departamento de Educação do Distrito Federal (RJ). O convite foi feito pela indicação do jurista Temístocles Cavalcanti, que conhecia o educador como defensor de uma escola para todos. Ele promoveu várias modificações, entre elas, a campanha de expansão e modernização do sistema escolar no nível primário e médio.

Apesar das pressões políticas contrárias, Pedro Ernesto manteve Anísio na direção da instrução pública. Paim (1981) lembra que em 1934, em virtude do término das atividades da Assembléia Constituinte, teve lugar a renovação dos governos estaduais, mediante a realização de eleições. “Assim, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro ascendem ao poder governantes aos quais se achavam vinculados os partidários da renovação educacional” (p. 70)

Pedro Ernesto foi um deles. Com o apoio popular, elegeu-se o primeiro prefeito do Distrito Federal. Fora neste contexto local e nacional, que a Universidade do Distrito

⁶ Pedro Ernesto do Rego Batista nasceu em Recife, Pernambuco. Médico e político, Pedro Ernesto iniciou sua trajetória política em 1922, apoiando o movimento tenentista. Aderiu, em 1929, à Aliança Liberal, partido de Getúlio Vargas, e foi nomeado interventor do Distrito Federal em 1931. (www.dec.ufcg.edu.br/biografias/PedrErne.html)

⁷ Anísio Teixeira foi jurista, intelectual, educador e escritor brasileiro. Personagem central na história da educação no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, difundiu os pressupostos do movimento da Escola Nova. Reformou o sistema educacional da Bahia e do Rio de Janeiro. (<http://www.ensayistas.org/filosofos/brasil/teixeira/introd.htm>)



Federal — UDF foi criada. Aclamada por intelectuais, odiada pelos privatistas e pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema. (PORTO JR, 2001, p. 4)

A UDF⁸ seria composta pelo Instituto de Educação – responsável pela formação do magistério e pela formação de uma cultura pedagógica nacional; pela Escola de Ciências; pela Escola de Economia e Direito; pela Escola de Filosofia e Letras; pelo Instituto de Artes; e por instituições complementares que tinham cunho de experimentação pedagógica, prática de ensino, pesquisa e difusão da cultura.

A inauguração da UDF aconteceu em 31 de julho de 1935, e contou com a presença com toda a inteligência educacional brasileira. Afrânio Peixoto foi convidado para assumir a reitoria. Segundo Anísio Teixeira (1962), então Diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal, em seu discurso de inauguração, a universidade

(...) é, pois, na sociedade moderna, uma das instituições características e indispensáveis, sem a qual não chega a existir um povo. Aqueles que não as têm, também não têm existência autônoma, vivendo, tão somente, como um reflexo dos demais. Com efeito, a história de todos os países que floresceram e se desenvolveram é a história da sua cultura e a história da sua cultura é, hoje, a história das suas universidades. (p. 181-188)

De acordo com Paim (1981), Anísio Teixeira enfatizaria que a diretriz essencial do novo instituto consistia em promover a cultura desinteressada e assegurar a preparação para a carreira intelectual. A universidade tida por ele como o centro da própria existência de um povo. Tão significativa e inovadora era esta visão – própria de sua filosofia educacional —, que ele podia afirmar que “a história da cultura de um povo era a história das suas universidades”.

Nesse primeiro ano letivo a UDF passou por verdadeira prova de fogo. Além da novidade dos cursos e do imperativo de recorrer à Universidade do Rio de Janeiro, em especial no que respeitava aos laboratórios, viu-se frontalmente atingida pela situação política do país. Descrentes das possibilidades do projeto, diversos professores abandonam a UDF. A instituição sobreviveria graças à ascensão à Reitoria de Afonso

⁸ O artigo 2º do texto do Decreto nº 5.513 afirma que seriam finalidades da Universidade do Distrito Federal — UDF: a) Promover e estimular a cultura de modo a concorrer para o aperfeiçoamento da comunidade brasileira; b) Encorajar a pesquisa científica, literária e artística; c) Propagar as aquisições da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular; d) Formar profissionais e técnicos nos vários ramos de atividade que as suas escolas e institutos comportarem; e) Prover a *formação* do magistério em *todos* os seus graus (FAVERO, 1980, p. 234)

Penna Junior⁹, intelectual de renome que soube assumir-lhe o espírito e reunir em seu derredor o que havia de mais expressivo da intelectualidade brasileira.

Paim (1981) afirma que a UDF tinha, em 1936, cerca de 400 alunos matriculados nas diversas Escolas: Ciências, 109; Educação, 149; Economia e Direito, 58; Filosofia e Letras, 38 e Instituto de Artes, 67. Nesse ano, seus cursos livres seriam freqüentados por mais de 700 pessoas.

Apesar da nova Constituição (1934) e das expectativas em torno dela, a situação política do país se deteriorava rapidamente. As movimentações ocorriam dos dois lados: primeiro, em novembro de 1935 eclodiu a revolução, chamada de Intentona Comunista¹⁰, que, porém fracassaria por falta de coordenação entre os diversos núcleos comunistas e por falta do apoio popular maciço. Do lado getulista, para prevenir agitações de massas, o Governo Vargas sancionou a Lei de Segurança Nacional¹¹, que era marcadamente de caráter ditatorial. Ficava claro as intenções continuístas que possuía. A idéia de uma ditadura foi aos poucos atraindo a alta cúpula militar. Os ataques a Anísio foram intensos e, culminaram com a sua renúncia ao cargo.

Com a saída de Anísio da secretaria e da UDF, outros intelectuais também o acompanharam. Parecia incerto o futuro da Universidade do Distrito Federal. Em 1936, não houve vestibular; porém em 1937 a procura foi grande.

Ao longo de 1937, a UDF parecia ter superado os desafios, com a formação de sua primeira turma, fato que fez com que o reitor Afonso Penna considerasse o empreendimento plenamente vitorioso.

Foi em meio ao clima de disputa e insatisfação que o curso pioneiro de Jornalismo, mote deste presente estudo, foi implementado na Universidade do Distrito Federal. A exemplo da polêmica que acompanha toda a história da instituição, o curso de Jornalismo¹² naquela universidade é marcado pela controvérsia.

⁹ Afonso Penna Junior era filho do ex-presidente da República Afonso Augusto Moreira Pena (1906 - 1909). Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte em 1902, pertenceu, na mocidade, a grupos literários, em Belo Horizonte e cultivou a poesia simbolista. Foi eleito deputado estadual duas vezes.

¹⁰ A Intentona Comunista foi uma espécie de rebelião contra o governo de Getúlio Vargas. Na realidade, o movimento tinha por objetivo derrubar o presidente e tomar o poder. Liderada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), a Intentona eclodiu em novembro de 1935, mas foi rapidamente combatida pelas Forças de Segurança Nacional. O movimento ganhou adeptos dentro dos batalhões. Militares de baixa patente iniciaram a rebelião na noite do dia 23 de novembro de 1935, em Natal, no Rio Grande do Norte, onde os revolucionários chegaram a tomar o poder durante três dias. Depois se estendeu para Maranhão, Recife e por último para o Rio de Janeiro, no dia 27.

¹¹ Em novembro de 1935, os comunistas ensaiaram um golpe de Estado contra Getúlio Vargas. Ameaçado, o governo getulista marchou para o endurecimento e decretou intervenção no Distrito Federal

¹² Até aquele período, o Brasil não dispunha de nenhum curso de Jornalismo em nível superior. A luta, entretanto era antiga, desde 1908, quando a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) foi fundada e assumiu a bandeira de moldar a

Mesmo dispondo de poucos documentos que forneçam dados precisos sobre o curso de Jornalismo, registros em cartas, relatórios e discursos revelam que desde a inauguração da UDF, em 1935, a implantação do curso já havia sido programada, assim como descreve Porto Jr, em estudo histórico sobre Anísio Teixeira e a UDF:

Seriam cursos mantidos pela UDF: cursos para habilitação ao magistério primário geral e especializado; para habilitação ao magistério secundário; para habilitação ao magistério normal; para administração e orientação escolar; extensão e continuação para professores; especialização em ciências médicas; [...]; diplomacia; direito; economia; estatística; serviços sociais; filosofia e história do pensamento; filologia, literatura e sua história; jornalismo e publicidade; biblioteconomia e arquivo; filosofia e história da arte; [...] (2001, p. 6)

A exemplo dele, Paim (1981) também descreve, em sua pesquisa sobre a história da universidade no país, o relato do reitor Afonso Penna na ocasião da formatura da primeira turma da UDF, ocorrida em 1937, revelando a existência do curso inédito de Jornalismo e Publicidade na Universidade do Distrito Federal:

Essa Universidade não é certamente um conjunto de escolas de tipo profissional distribuindo anualmente diplomas em maior número que o país pode consumir; é precisamente um centro de alta intelectualidade, de orientação da inteligência e do saber, de formação de professores, escritores, **jornalistas**¹³, artistas e políticos, não unicamente no preparo restrito e prático de médicos, bacharéis e engenheiros. Nela será preparado o homem culto, o que difere do homem diplomado. [...] (p. 76)

Contudo, mesmo com esses estudos, ainda são obscuras e raras as citações que relatam a existência de um curso de Jornalismo. Ainda que Paim, Porto Jr., Abu-Merhy, Marques de Melo e Nuzzi, entre outros pesquisadores, tenham garimpado relatos e evidências sobre a implantação do curso de Jornalismo inédito no país — entre os documentos que retratam o percurso da Universidade do Distrito Federal ao longo de nossa história —, é o jornalista Pedro da Costa Rego, editor-chefe do jornal carioca *Correio da Manhã*¹⁴, que fornece, por meio de seus editoriais publicados na página 2,

identidade profissional do Jornalismo, reivindicando sua formação específica. Na plataforma da nova entidade, como foi esboçada por Gustavo de Lacerda, está explícito o compromisso de habilitar, por meio de título de capacidade intelectual e moral, o pretendente a colocação no Jornalismo. Essa meta tomou corpo em 1918, quando o então presidente da ABI, João Guedes de Mello, propõe ao Primeiro Congresso Brasileiro de Jornalistas a criação de uma Escola de Jornalismo, cujo projeto surge com as idéias colhidas nas organizações norte-americanas. É uma proposta arrojada para a época, e por isso mesmo permaneceu inalcançada até o final da primeira metade do século XX. (MARQUES DE MELO, 2000).

¹³ Palavra grafada pela autora para ressaltar no texto transcrito por Paim o profissional que seria formado pelo curso pioneiro na Universidade do Distrito Federal — UDF

¹⁴ O *Correio da Manhã* foi publicado no Rio de Janeiro entre 1901 a 1974. Fundado por Edmundo e Paulo Bittencourt, vangloriava-se por dar ênfase à informação em detrimento da opinião. Caracterizou-se por fazer oposição a quase todos os presidentes brasileiros no período, razão pela qual foi perseguido e fechado em diversas ocasiões

mais alguns subsídios para compreender as bases que fundamentaram o curso sistematizado por ele, a convite de Alceu de Amoroso Lima, então reitor da UDF naquele período.

Com base em suas posições e ideias sobre o Jornalismo, explicitadas por Costa Rego, pode-se avaliar que o curso de Jornalismo na UDF foi efetivamente iniciado apenas no segundo semestre de 1938. Data de 31 de maio daquele ano, o editorial de autoria do jornalista alagoano que confirma o convite para assumir a cátedra do curso de Jornalismo naquela instituição.

Afirmando estar lisonjeado pelo convite, resultado de indicações de colegas da profissão, Costa Rego revela surpresa ao ser apontado como o mais apto para ministrar as aulas, que parecem ter chegado precocemente ao fim com a extinção da universidade em meados do ano seguinte. No texto ele diz:

Devo um agradecimento publico a todos os prezados confrades que bondosamente applaudiram a minha escolha — eu deveria dizer antes o convite de Alceu de Amoroso Lima — para reger a Universidade do Districto Federal a cadeira de jornalismo: e esse agradecimento é extensivo ao Dr. Paulo de Assis Ribeiro, secretário de Educação do Governo municipal, cuja opinião ao meu respeito se mostra tão amável quanto a se qualquer daquelles collegas. (1938, p. 2)

Mais do que um agradecimento público, o texto foi a forma encontrada por Costa Rego para justificar a publicação, quatro dias antes, de um editorial em que negou, com veemência, ter recebido de Alceu de Amoroso Lima qualquer convite formal. Além disso, nesse texto, publicado em 27 de maio de 1938, o jornalista havia afirmado não ter qualquer interesse em conduzir o curso, ainda que tivesse a consciência de que as aulas marcariam a história da implantação da universidade brasileira. Sob o título “Saber Calar...”, Costa Rego repreendeu colegas de profissão, lançando mão de argumentos que revelam sua posição e seu pensamento jornalístico.

Uma notícia é uma repercussão de um facto. Um facto apresenta-se com seus contornos ou seja com os limites da forma como aconteceu. Cumpro não lhe dar na repercussão — quero dizer em sua notícia — demasiada autoridade. E foi o que fizeram os colegas, impodo-me o dever de rectificar... Saibam, pois, que não sou, nem estou para ser, director de nenhuma Escola. Há dois meses, Alceu de Amoroso Lima comunicou-me que a Universidade do Districto Federal ia inaugurar um curso — um curso, notem bem — de jornalismo; e, por muita bondade sua, opinava que eu deveria reger nesse curso a cadeira, vamos assim chamá-la, de prática do jornalismo. (1938, p. 2)

Ainda que o curso da UDF tivesse como proposta mais do que simplesmente ensinar a técnica da profissão, as aulas ministradas por Pedro da Costa Rego tinham

uma linha bastante definida, caracterizada pela polêmica da introdução do Jornalismo no ensino do nível superior e sua conseqüente discussão entre o profissional da prática e da teoria. Em um dos editoriais, Costa Rego define com bastante clareza a função do curso na área, indagando a possibilidade de “criar por métodos escolares, um jornalista”. (COSTA REGO, 1938a, p. 2).

Apesar de poucos escritos, Costa Rego também forneceu, em seus textos, pistas dos objetivos do curso sob a sua sistematização. Entre as principais pontuações, afirmou que o programa foi montado sob duas ordens de objetivos: “mostrar as peculiaridades do officio a quem por elle se veja attrahido e situar o phenomeno jornalístico. É tarefa complexa que pede outro professor”. Ele sabia, ainda, que estava participando ativamente da construção da história do ensino do Jornalismo no país.

Mesmo, porém, mal iniciada, essa tarefa será um dia matéria para especializações brilhantes. Nós, jornalistas actuaes, entramos para um edificio de que não vimos a construcção. O jornalismo não é uma criação espontânea. Repontou de necessidades humanas, lentamente, com feição própria em cada uma de suas várias épocas, e foi anterior, muito anterior à invenção da Imprensa. (1938b, p. 2)

Deixou também registro do que falaria em suas aulas, mesmo com a consciência de que a tarefa era árdua e com a humildade necessária para saber que mesmo com 32 anos de exercício profissional, teria muito a aprender com suas aulas no curso:

A Imprensa é um estágio e não a origem do jornalismo. Deu-lhe brilho e desenvolvimento, sem o ter creado. Os primeiros jornalistas nem sequer eram escriptores. Na Grécia antiga e em Roma, poderiam ser oradores. Na Edade Média, foram menos que boateiros. Toda a história do mundo christão cabe em um curso de jornalismo. E o jornalismo tem em qualquer parte capacidade para interessar o pensamento humano até fora do âmbito do jornalismo.

A esta conclusão chegou o obscuro autor que vos dirige a palavra, meus caros confrades. Elle mesmo não avaliou que fosse tão grave o assumpto — e por isto mesmo tem muito mais a aprender do que a ensinar... (1938b, p. 2)

O encerramento do curso certamente chegou ao fim com o fechamento da Universidade do Distrito Federal, quando o Ministro Gustavo Capanema criou a Universidade do Brasil e decretou que todos os cursos, alunos e professores fossem a partir de então, transferidos e submetidos às regras da nova instituição. Era o fim do sonho de uma universidade concebida com a proposta de estimular o acesso ao conhecimento e à pesquisa científica, ainda que essas sejam metas que nunca permaneceram arraigadas na cultura brasileira, em razão da proposta de implantação da universidade no país.



Capanema empreendeu uma intensa campanha contra a Universidade do Distrito Federal, causando a saída de diversos professores. O clímax das discórdias ocorreu quando Alceu Amoroso Lima foi chamado a substituir Baeta Viana, sucessor de Afonso Pena na reitoria. Capanema afirmou que a UDF era inconstitucional por ter sido organizada por um Decreto municipal (nº 6.215/38). A existência da UDF colocava o Ministério em situação inferior, já que sua criação ocorreu contra a vontade de Capanema.

Com o autoritarismo como marca principal da Era Vargas, o campo educacional foi submetido a várias reformas, todas impostas, sem realização de consulta ou debate entre docentes, população e o governo. O mesmo se deu com respeito a UDF: por meio do Decreto-lei nº 1.063, Capanema a extinguiu, determinando que seus catedráticos efetivos, assim como os professores estrangeiros contratados, fossem aproveitados em cargos da mesma natureza na Universidade do Brasil, criada por Capanema no Rio de Janeiro, pela Lei nº 452, datada de 5 de julho de 1937.

Conclusões

A experiência da Universidade do Distrito Federal é única, ainda que efêmera. Criada para firmar a pesquisa científica, a UDF é ainda hoje tema de estudos exatamente pela experiência singular de sua proposta: dar à universidade a feição necessária para tornar a busca pelo conhecimento tradição no ensino superior brasileiro. Circunstância não concretizada, mas que não desmerece sua significação.

As mesmas características, ainda que de formas distintas, persistem no curso pioneiro de Jornalismo do criado naquela Universidade. Mesmo sem muitos dados, em razão do período social e político conturbado que marca o período de sua instalação, é possível afirmar as aulas são históricas, criaram polêmica, mas não tiveram força para deixar heranças. O esquecimento, contudo, não pode obscurecer a sua importância.

O curso de Jornalismo e Publicidade já fazia parte do projeto do educador Anísio Teixeira desde a criação da UDF, em abril de 1935. Analisando documentos e periódicos é possível entender que os motivos que levaram o curso a praticamente desaparecer das páginas de nossa história são os mesmos que ofuscaram o brilho da experiência da própria UDF na institucionalização da Universidade: a cultura da formação profissional. Por isso mesmo, é impossível pesquisar o que teria sido o

primeiro curso de Jornalismo do país, sem entender as bases que subsidiaram a criação daquela instituição.

Nascido nesse seio da intelectualidade brasileira, o curso de Jornalismo não poderia ter outra proposta que não a explicitada pelo alagoano Pedro da Costa Rego em editorial: situar o fenômeno jornalístico e entender a sua dimensão.

Costa Rego foi o responsável pela sistematização do curso. Mesmo que seu nome não apareça em nenhum dos documentos da UDF observados nesse estudo, o jornalista é citado por pesquisadores importantes dessa fatia da história do ensino jornalístico brasileiro. A confirmação de que ele teria sido o responsável pela estruturação e sistematização das aulas pode ser comprovada pelos editoriais do Correio da Manhã.

Costa Rego foi um dos jornalistas mais importantes do seu tempo. Não somente por comandar um dos jornais de maior circulação e importância do Rio de Janeiro no início do século XX, mas pelo respeito e pela admiração de que conquistou dos colegas ao longo das três décadas de exercício na profissão. É o reconhecimento dos pares responsável pelo convite que recebe de Alceu de Amoroso Lima, então reitor da UDF, para reger a Cátedra de Jornalismo naquela instituição. O próprio jornalista, em texto que avalia a complexidade da tarefa a que foi incumbido.

Foi exatamente nas páginas do Correio da Manhã onde ele teve maior liberdade para defender questões imprescindíveis para a sociedade brasileira, onde Costa Rego deixou impressas pistas de seu comando à frente da Escola de Jornalismo.

São claras as idéias defendidas por Costa Rego em textos publicados no Correio da Manhã: (a) a inutilidade do curso para o exercício da profissão nas redações dos grandes jornais; (b) o uso do conhecimento apresentado nas disciplinas do curso apenas para “realçar os dons naturais” dos participantes; e (c) qualquer interessado, seja um profissional da área ou apenas alguém que se interesse pelo tema, poderia participar das aulas.

Tais caminhos, no entanto, não foram suficientes para sedimentar o estudo do Jornalismo no ensino superior, nem com a proposta de entender esse campo como fenômeno social, nem como ensino profissionalizante. Os cursos seguintes, oficialmente os primeiros a serem implementados no país, demoraram quase uma década para serem inaugurados.

Contudo, não há como ignorar a experiência pioneira na Universidade do Distrito Federal, nem como negar ao jornalista Pedro da Costa Rego o título de Primeiro Catedrático de Jornalismo, há muito reivindicado por pesquisadores de renome na área como Nuzzi e Marques de Melo. Ainda que escassos, documentos revelam a sua existência, fornecendo subsídios para entender a trajetória desse campo do conhecimento até a universidade. Reconhecer essa versão não ofusca o brilho dos cursos tidos oficialmente como os primeiros. A proposta é oferecer, apenas, a oportunidade de compreender os motivos que levaram a sugestão inicial — de entender o Jornalismo como fenômeno social, sem ter a preocupação de aprender as funções que lhe são inerentes — a ser totalmente esquecida.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Juarez. **História da Imprensa Brasileira**. São Paulo: Ática, 1990.

BARBOSA, Marialva. **Imprensa, Poder e Público**. 1996. vol. I. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.

_____. **História Cultural da Imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BASTOS, Tigre. **Escola de Jornalismo**. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 19jun1938. p. 4

CAMPOS, Francisco. **Entrevista ao Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 3 mar1945. In: PORTO, Walter Costa. **A Constituição de 1937**. Brasília, DF: Centro de Ensino a Distância, 1987, p.19-30.

COSTA REGO, Pedro da. **Na terra natal (1924-1928)**. Maceió: Imprensa Oficial, 1928.

_____. **Águas passadas**. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1952.

_____. **Saber Calar**. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 27mai1938, p. 2

_____. **Curso de Jornalismo**. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 31mai1938, p. 2

_____. **Curso de Jornalismo**. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 31mai1938, p. 2

_____. **A Universidade do Distrito Federal**. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 2fev1939, p. 2

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à Era Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980

CUNHA, Célio. **Educação e Autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez Editora/ Autores Associados, 1981

FAUSTO, Bori. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.

MARQUES DE MELO, José. **Contribuições para uma Pedagogia da Comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1974.

_____. **Costa Rego, o primeiro catedrático de Jornalismo do Brasil**. In: Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, vol. XXIII, n.1, janeiro a julho de 2000.

_____. **História do pensamento comunicacional**. São Paulo: Paulus, 2003.

_____; LINS DA SILVA, Carlos Eduardo; FADUL, Anamaria (orgs.). **Ideologia e Poder no ensino da Comunicação**. São Paulo: Cortez & Moraes - Intercom, 1979

_____ (org.). **Costa Rego: o jornalista que fez escola, usando a pedagogia da austeridade**. In: Imprensa Brasileira – Personagens que fizeram história, vol. 3. São Paulo: Imprensa Oficial e Universidade Metodista de São Paulo, 2008. p. 59-70.

NUZZI, Erasmo. **40 anos de ensino de jornalismo no Brasil: relato histórico**. In: KUNSCH, Margarida (org.). **O ensino de comunicação — análises, tendências e perspectiva**. São Paulo, ABECOM, 1992, p. 20-39

_____. **História da Faculdade de Comunicação Social Cásper Libero**. Edição Comemorativa do Cinquentenário. São Paulo: Ágil Gráfica, 1997

PAIM, Antônio. **Por uma Universidade no Rio de Janeiro**. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). In: **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982. p. 17-96.

_____. **A UDF e a idéia da Universidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981

PORTO JR, Gilson. **A Universidade do Distrito Federal (UDF): Um Retrospecto**. In: Revista de Pedagogia, nº 4, 2001

RIZZINI, Carlos. **O Ensino do Jornalismo**. Rio de Janeiro: Departamento de Imp. Nacional, 1953

SAPUCAIA, Antonio. **Costa Rego, esse esquecido**, Maceió: Sergasa, 1989.

SAPUCAIA, Antonio. **O legendário Costa Rego**. Maceió: Edufal, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 221-230.

WERNEK SODRÉ, Nelson. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.